

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Ministério tira poder da ANM e abre espaço para revisar normas.....	2
Título: CNPE marca leilão de excedentes da cessão onerosa para 28 de outubro.....	4
Título: Você deveria comprar um carro elétrico?	5
Título: Desastre em Brumadinho atinge oferta de minério de ferro no país	8
Título: Aneel estuda medidas para evitar calote e aumentar segurança no mercado livre	10
Título: Cteep prevê antecipar obras.....	12
Título: Destaques	13
Título: Petrobras se prepara para megaleilão.....	14
Título: Curtas	16
Título: Governo reforça aposta nos híbridos flex	17
Título: Novo rebaixamento reduzirá acesso da Vale a grandes fundos globais.....	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Petrobrás deve lançar em três meses pacote para venda de refinarias.....	19
Título: Estatal separa recursos para leilão	20
Título: Belo Monte não tem plano de emergência, diz MPF	21
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: Chuva fraca faz com que setor de venda de energia discuta autorregulamentação ..	21
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: 1 real pela Sete Brasil.....	22
Título: Muito além da crise fiscal	22
Título: Venezuela e Cuba.....	24
Título: Novas normas para barragens são importantes, mas é preciso ir além.....	26

Título: Governo marca leilão de R\$ 100 bi do pré-sal..... 27

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Ministério tira poder da ANM e abre espaço para revisar normas

Sem alarde, o **Ministério de Minas e Energia** promoveu uma espécie de "intervenção branca" na Agência Nacional de Mineração (ANM). Uma portaria editada na quarta-feira exige que "todos os atos normativos" do órgão regulador sejam encaminhados à Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do ministério antes de sua divulgação.

A medida pegou de surpresa as empresas do setor e a própria diretoria da recém-criada agência, que ficou contrariada com o que vê como uma nítida perda de autonomia. No mercado, admite-se que a ANM está sob forte pressão depois do rompimento da barragem da Vale em (MG) e ainda tem baixo nível de maturidade para lidar com uma tragédia de tal dimensão. A leitura geral, no entanto, é de que o ministério, diante do problema, fez uma interferência sem precedentes em agências reguladoras.

A portaria estabelece que as normas da ANM expedidas para fins de regulação de política pública do setor mineral sejam enviadas à secretaria da pasta "de forma que possam ser avaliadas sua adequação, conveniência, oportunidade e pertinência temática". Ou seja, praticamente tudo. E acrescenta: "Inclusive para fins das devidas correções que se fizerem necessárias pelo Ministério de Minas e Energia, no campo de sua competência".

A nova exigência tem validade imediata. Em outro trecho da portaria, assinada pelo secretário Alexandre Vidigal de Oliveira, a orientação do ministério é para que a agência encaminhe suas resoluções "independentemente da publicação do ato e antes mesmo de sua divulgação pública".

"Nem a [ex-presidente] Dilma Rousseff, que tinha pouco apreço pela autonomia das agências reguladoras, fez uma interferência tão grande", afirma o advogado especialista em infraestrutura Maurício Portugal Ribeiro, mestre em Direito pela Harvard Law School e ex-coordenador da unidade de parcerias público-privadas (PPPs) do governo federal.

Para ele, a portaria cria uma "perturbação institucional" e transforma um problema grave da conjuntura - a fragilidade da ANM e investigações sobre a responsabilidade pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão - em porta aberta para futuras intervenções. "E se resolverem fazer a mesma coisa com a Aneel ou com a ANP, que também são vinculadas ao Ministério de Minas e Energia?", questiona Ribeiro, referindo-se às agências reguladoras do setor elétrico e da indústria de petróleo e gás.

Uma fonte do mercado diz que a portaria foi muito mal recebida pelas mineradoras e é passível de questionamento judicial. Ribeiro concorda e argumenta que ela bate de frente com a Lei 13.575, que extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e cria a ANM, sancionada em 2017. O **Valor** apurou que houve indignação na agência.

Questionado, o MME alegou que a publicação "não fere nem direta ou indiretamente" a autonomia da ANM. "A portaria 40 trata de 'avaliação' posterior ao ato já editado, e nisso em nada interferindo na autonomia legal conferida à ANM. Submissão implicaria em controle prévio, sem que os atos normativos da ANM ao menos pudessem surtir seus efeitos, o que foge totalmente ao escopo da portaria".

O ministério defende que o objetivo é permitir que haja o "compartilhamento das ações da ANM de modo direto e instantâneo". A medida, disse, é necessária para promover a "interação institucional", o que não poderia ser confundido com o interesse de fixar "qualquer condição de validade dos atos normativos" em caráter de "chancela prévia".

O MME resgata ainda o texto do Decreto 9675/2019, para ressaltar que à secretaria cabe "monitorar e avaliar o funcionamento das instituições responsáveis pelo setor mineral, promovendo e propondo revisões, atualizações e correções dos modelos em curso". Para o órgão, o ato publicado não extrapola a atribuições da área.

Segundo o ministério, a portaria não chegou a ser apreciada pela consultoria jurídica da pasta, antes da sua publicação. "Não havia necessidade dessa manifestação prévia, embora possa tal controle dar-se posteriormente à publicação do ato". Essa avaliação jurídica ainda ocorrerá, informou ao **Valor**, embora tenha declarado que há plena convicção de que a norma editada tem respaldo legal.

Para o ministério, a portaria 40 não prejudica o esforço da ANM de buscar o seu fortalecimento institucional. O órgão regulador foi estruturado no fim do ano passado e, com tragédia de Brumadinho, está sendo testado com fortes pressões para dar respostas contundentes à opinião pública sobre o caso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: CNPE marca leilão de excedentes da cessão onerosa para 28 de outubro

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) marcou o megaleilão de volumes excedentes de petróleo relacionado ao contrato de cessão onerosa, firmado entre União e Petrobras, para o dia 28 de outubro. Apesar de fixar uma data, a autorização final para realizar a disputa será dada em nova reunião do colegiado, prevista para março deste ano.

De acordo com o CNPE, o vencedor do certame assumirá a responsabilidade de fazer o pagamento à Petrobras da compensação pelos investimentos realizados, até agora, na exploração nas áreas. Em contrapartida, as petrolíferas vão adquirir parte dos ativos e da produção envolvidos.

Como se trata de exploração de áreas adjacentes, os vencedores do leilão deverão celebrar acordo com a Petrobras relacionado à "unificação da operação" dos blocos. A licitação envolve quatro áreas da província do pré-sal: Atapu, Búzios, Itapu e Sépia. Cada uma será oferecida em um lote diferente e terá o seu próprio plano de desenvolvimento de produção de petróleo.

Por envolver reservas do pré-sal, a contratação se dará pelo regime de partilha de produção. Por isso, o governo ainda vai fazer o cálculo do bônus de assinatura e do percentual mínimo de óleo-lucro a ser transferido pelas vencedoras do leilão à União.

De acordo com o CNPE, serão elaboradas "simulações" com os valores de bônus de assinatura, o percentual de óleo-lucro e também sobre a valor da compensação prevista para a Petrobras. Esses números deverão ser submetidos à aprovação do CNPE na reunião de março.

O megaleilão é uma das prioridades do governo Jair Bolsonaro para este ano. A cobrança do bônus de assinatura deve gerar uma receita de cerca de R\$ 100 bilhões para o Tesouro Nacional. Os estudos ainda precisam passar pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que já abriu processos para acompanhar tanto a revisão do contrato da cessão onerosa quanto o leilão do excedente.

Em nota, o CNPE ressaltou que o leilão "tem despertado grande interesse das principais empresas petrolíferas do mundo e trará grandes benefícios econômicos, com geração de emprego e renda".

De acordo com o **Ministério de Minas e Energia**, a compensação em favor da Petrobras não tem relação com os valores pleiteados pela estatal na revisão do contrato da cessão onerosa, firmado em 2010. "O pagamento de eventual saldo devedor para a Petrobras na revisão do contrato de cessão onerosa será realizado pela União", informou a pasta.

O ministério ressaltou que a compensação à Petrobras é justificada pelo fato de os vencedores terem "acesso imediato" aos volumes excedentes, que já estão em fase avançada de produção ou desenvolvimento da produção. "O vencedor adquirirá parcela dos ativos proporcional à sua participação na jazida e compensará a Petrobras por isso", informou o órgão federal.

"A realização desse leilão ainda em 2019 configura-se numa extraordinária janela de oportunidade, que não pode ser desperdiçada", informou o CNPE.

Após a reunião do conselho, o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Odone, afirmou que o órgão precisa de apenas de quatro a cinco meses para operacionalizar o certame. "Realizar o leilão não é o desafio."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/03/2019

Seção: Opinião

Autor: Adair Turner

Título: Você deveria comprar um carro elétrico?

Os carros de passageiros representam apenas 8% das emissões totais de dióxido de carbono do mundo. Além disso, quando um veículo elétrico (VE) é carregado com eletricidade gerada por alguma usina de carvão ineficiente, o impacto imediato é o aumento dessas emissões em comparação às de um carro moderno a gasolina ou diesel. É importante destacar, portanto, assim como fez em janeiro o diretor da Agência Internacional de Energia (AIE), Fatih Birol, em Davos, que os carros elétricos, sozinhos, não evitarão mudanças climáticas

catastróficas. Ainda assim, passar a usar carros elétricos é crucial para reduzir as emissões. Se você se importa com o clima, seu próximo carro deveria ser elétrico.

Os motores elétricos são inerentemente mais eficientes do que os motores a combustão interna: enquanto a gasolina e o diesel normalmente desperdiçam mais de 70% da energia que usam em calor indesejado, um motor elétrico transforma tudo, a não ser 5%, em energia cinética. E quando os custos das baterias caírem abaixo de US\$ 100 por quilowatt-hora (kWh), o que a Bloomberg New Energy Finance (BNEF) prevê para 2024, os carros elétricos não vão ser apenas mais baratos para abastecer, também vão ser mais baratos para comprar. Os VEs, portanto, vão passar a predominar no mundo - e bem antes do que muitas projeções indicam - quer nos importemos com o clima ou não.

Os carros elétricos reduzem as emissões de carbono, desde que a eletricidade usada tenha uma intensidade de carbono inferior a 800 gramas por kWh. Na França (onde a intensidade média gira em torno a 80 gramas), no Reino Unido (cerca de 250 gramas e caindo rapidamente), nos Estados Unidos (cerca de 400 gramas) e até na Alemanha de alta intensidade (ainda cerca de 500 gramas), os carros elétricos vão reduzir as emissões sem dúvida, desde que os usuários evitem carregá-los nas horas em que a intensidade marginal é maior.

Na China e na Índia, entretanto, onde a intensidade média de carbono da eletricidade está no limite da marca referencial de 800 gramas, um crescimento muito rápido dos VEs inicialmente poderia ter efeitos adversos. O mais importante, contudo, é a intensidade de carbono da eletricidade usada ao longo de toda a vida do veículo. A estratégia ideal, portanto, é encorajar a adoção dos VEs enquanto também se descarboniza rapidamente a geração de eletricidade, o que agora se tornou possível após a forte queda no custo das fontes renováveis. Como indicam relatórios recentes da Comissão de Transição Energética (ETC, na sigla em inglês), a Índia poderia reduzir sua intensidade de carbono para 550 gramas por kWh até 2030 ao mesmo tempo em que dobra seu consumo de eletricidade - e sem custo para os consumidores.

Além disso, o potencial para que a adoção de VEs reduza as emissões de gás carbônico é bem maior do que essa proporção de 8% sugere. Outros 8% das emissões vêm de caminhões e ônibus, cujo futuro também é elétrico. Aqui, o ritmo de sua adoção vai refletir, em parte, quantas pessoas vão optar por comprar carros elétricos. Investimentos em massa em inovações para as baterias e em escala de produção, estimulados pelas projeções de compras de

VEs, têm permitido a redução de custos e o aumento da densidade energética, fatores que tornam os ônibus e caminhões elétricos de percursos curtos movidos a baterias cada vez mais competitivos.

Para caminhões de longa distância, as células de combustível de hidrogênio talvez sejam a chave, mas os motores serão igualmente elétricos, proporcionando melhoras na qualidade de ar urbano e na redução das emissões de gás carbônico (se a eletricidade vier de fontes de baixa emissão de carbono). As tecnologias elétricas da bateria e das células de hidrogênio também vão desempenhar papel significativo nas viagens de curta distância por barco e avião.

Se você se importa com o clima, seu próximo carro deveria ser elétrico. Só isso não vai ser suficiente para salvar o planeta, mas comprá-los vai ser uma ferramenta poderosa para impulsionar as mudanças mais amplas que vão conseguir salvá-lo

Ao mesmo tempo, as inovações nas baterias inicialmente impulsionadas pelo crescimento dos VEs vão reduzir o custo da descarbonização da eletricidade. A BNEF estima que os preços das baterias poderiam cair para US\$ 62 por kWh até 2030, permitindo às concessionárias públicas instalar sistemas completos de baterias a menos de US\$ 150 por kWh. Dessa forma, as baterias seriam uma alternativa eficiente para o armazenamento noturno de sistemas de eletricidade que cada vez mais dependem de fontes solares e eólicas.

Além da eletricidade, das baterias e das células de combustível de hidrogênio, outras tecnologias também são vitais para reduzir as emissões. Em setores difíceis de reduzir a intensidade, como os de aço, cimento e de química, também vão ser necessárias fontes de bioenergia e a captura de carbono. Na aviação, as baterias vão ser demasiado pesadas para ser usadas em voos intercontinentais. O combustível sintético para aviões, produzido a partir de eletricidade de baixas emissões de carbono, pode tornar-se viável economicamente.

Embora seja necessária uma combinação de tecnologias, todos os cenários viáveis para atingir os objetivos do acordo climático de Paris mostram que vai ser essencial um crescimento colossal no papel da eletricidade. O estudo "Sky Scenario", da Shell, publicado recentemente estima que a eletricidade vai representar mais de 60% da demanda final por energia até o fim deste século, em comparação aos atuais 20%. Se não adotarmos a eletricidade para a maior

parte possível da economia e descarbonizarmos a produção de eletricidade o mais rápido possível, não vamos ter chances de evitar mudanças climáticas profundamente nocivas.

Os VEs, é claro, chegarão em vários tipos e tamanhos diferentes. Quanto maior o carro elétrico que você comprar e quanto mais você quiser exibir sua aceleração superior, maior o perigo de que o impacto imediato seja um aumento nas emissões. Infelizmente, as atuais linhas de VEs inclinam-se mais para os carros grandes e utilitários esportivos, com pouca oferta de modelos pequenos e médios, justamente os que eventualmente vão proporcionar as maiores reduções nas emissões. Isso é reflexo da motivação das empresas pelo lucro, das dificuldades de se conseguir alcances adequados com baterias pequenas e da falta de uma infraestrutura suficientemente disseminada para abastecer os VEs. Mas a infraestrutura de abastecimento pode e vai ser construída, assim como uma variedade maior de tamanhos de carros vai estar cada vez mais disponível.

Portanto, se você se importa com o clima, seu próximo carro deveria ser elétrico, preferencialmente um ou dois "tamanhos" menor do que aquele que você desejava inicialmente. E para assegurar que você realmente esteja ajudando a salvar o planeta, você deveria combinar sua decisão de compra pessoal com o apoio a políticas que promovam uma rápida descarbonização da eletricidade e investimentos generalizados na infraestrutura de abastecimento. Apenas comprar VEs não vai ser suficiente para salvar o planeta, mas comprá-los vai ser uma ferramenta poderosa para impulsionar as mudanças mais amplas que vão conseguir salvá-lo. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

Adair Turner é presidente do conselho de administração do Institute for New Economic Thinking e da Comissão de Transição Energética. Foi presidente da Autoridade de Serviços Financeiros (órgão regulador do mercado financeiro britânico). Copyright: Project Syndicate, 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Desastre em Brumadinho atinge oferta de minério de ferro no país

O desastre da barragem de Brumadinho, em 25 de janeiro, teve efeitos colaterais no mercado de minério de ferro no Brasil, especificamente num

produto de alto valor agregado - o de pelotas de ferro. Para ir aos altos-fornos das siderúrgicas, minério super fino, quase um pó, tem de ser aglomerado na forma de bolinhas de gude em instalações chamadas pelotizadoras.

Por causa da tragédia, a Vale anunciou o fechamento de outros reservatórios de rejeitos à montante, suspendendo a produção em nove minas e duas pelotizadoras - Fábrica e Vargem Grande. Juntas, deixam de suprir ofertar 11 milhões de toneladas de pelotas, em volume anualizado.

As siderúrgicas Usiminas, CSN, Gerdau e Ternium (ex-CSA) são as clientes de pelotas da Vale com material oriundo dessas duas pelotizadoras. A Vale se tornou a única fornecedora desse produto no país desde que a Samarco - da qual é sócia com BHP Billiton - paralisou operações devido ao trágico rompimento de sua barragem, de Fundão, em novembro de 2015.

Para contornar o problema, a Vale vai trazer o produto de uma usina em São Luís (MA). Os embarques devem ocorrer já nas próximas semanas, apurou o **Valor**.

Mas uma questão é o adicional de frete que as siderúrgicas terão de pagar - estima-se entre US\$ 20 e US\$ 30 a tonelada de São Luís a portos em Vitória (ES) e Itaguaí (RJ). Dos portos, o produto terá de ser escoado por trem, da própria Vale ou da MRS, até as siderúrgicas - Ipatinga (Usiminas), Ouro Branco (Gerdau), Volta Redonda (CSN) e Rio de Janeiro (Ternium).

A pelota (ou pellet, como é conhecida no jargão do mercado), atualmente tem preço na casa de US\$ 143 a tonelada - considerando o prêmio de US\$ 60 sobre o valor do minério referência no mercado, o sinter-feed, de maior uso pelas siderúrgicas integradas. Para se ter uma ideia do impacto decorrente do caso Brumadinho no mercado, a toneladas da pelota no mercado internacional era de US\$ 122 naquela semana, conforme a publicação especializada Fastmarkets MB. Na semana passada, a tonelada do produto já valia US\$ 141,75 - uma alta no período de quase US\$ 20.

Outro problema, explica uma fonte a par desse problema, é a qualidade do produto vindo de São Luís, que seria inferior ao de Fábrica e Vargem Grande. Isso faz com que o rendimento no alto-forno ao fazer o aço seja menor.

Somando os dois fatores - aumento do frete e menor qualidade da pelota -, estima-se que o custo de produção da placa de aço pelas usinas fique mais alto entre R\$ 50 e R\$ 60 a tonelada.

Em nota ao **Valor**, a mineradora disse que o atendimento das clientes passa a ser feito pela pelotizadora de São Luís. "Conforme anunciado em comunicado ao mercado no dia 29/1, a paralisação de unidades em Minas Gerais está sendo

parcialmente compensada pelo aumento de produção em outros sistemas produtivos da companhia. No caso de pelotas, esse fornecimento está sendo atendido prioritariamente pela usina de São Luís, sendo que as entregas serão realizadas nos portos dos clientes ou em portos indicados por eles.

Segundo a Vale, o valor do frete de São Luís até os portos do Sudeste varia bastante e dependerá diretamente do tamanho e tipo de navio demandado por cada cliente. Sobre a qualidade, declarou que "a pelota produzida em São Luís tem especificação diferente das que são produzidas em Minas Gerais e, portanto, seu uso requer ajustes por parte das usinas". E alegou que "não comenta relações comerciais específicas em função de cláusulas de confidencialidade", sobre outras questões.

Usiminas e Gerdau minimizaram o impacto em sua estrutura de custos. Em nota, a empresa mineira informou que seu consumo de pelotas em 2018 foi de cerca de 5% do volume total de minério [em torno de 6 milhões de toneladas]. E afirmou que, "no momento, está buscando alternativas no mercado, inclusive junto à própria Vale". A Gerdau disse que menos de 2% de seu consumo de minério é de pelotas - ou seja, em torno de 100 mil toneladas ao ano. E que também discute com a Vale e busca outros potenciais fornecedores de matéria-prima.

A Ternium Brasil informou por meio da assessoria que "não comenta informações comerciais". Da mesma forma se posicionou a CSN. Juntas, as duas empresas, conforme disse uma fonte ao **Valor**, compram em torno de 3,5 milhões de toneladas por ano.

Consumidores de aço no mercado brasileiro já temem que no fim de março ou início de abril Usiminas, CSN, Gerdau e ArcelorMittal façam reajustes nos preços de seus produtos laminados tendo como argumento o aumento de custo com alta da matéria-prima.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Aneel estuda medidas para evitar calote e aumentar segurança no mercado livre

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prepara pacote de medidas para aumentar a segurança no mercado livre de energia, em reação aos calotes de comercializadoras que venderam energia sem lastro. Duas delas quebraram nas últimas semanas. O objetivo é impedir que comercializadoras com capital social

mínimo de R\$ 1 milhão operem contratos sem limites de alavancagem e sem a obrigação de apresentar garantias.

Dentro desse pacote, as liquidações das operações do mercado de curto prazo de energia, hoje realizadas mensalmente, com atraso de dois meses, passarão a ser semanais em 2020, disse ao **Valor** André Pepitone, diretor-geral da Aneel.

As mudanças são uma reação do regulador à crise recente das comercializadoras. Duas delas comunicaram aos clientes que não entregariam a energia vendida porque não tinham contratos que garantissem a entrega. Iriam comprar no mercado à vista (spot), mas a disparada de preços neste início de ano pegou o setor de surpresa.

Os critérios para homologação de novas comercializadoras ficarão mais rígidos, com exigência de capital mínimo integralizado, e será obrigatória a realização de auditorias no balanço das empresas. "A resolução da Aneel com as regras para que um agente se torne comercializador de energia vai passar por um aprimoramento", disse.

Essas auditorias serão feitas por empresas com atuação reconhecida no mercado, como as consultorias KPMG, E&Y, PricewaterhouseCoopers (PwC) e Deloitte.

O número de comercializadoras cresceu nos últimos anos. Entre 2017 e 2018, houve expansão de 23,3%, para 270 empresas. Ao fim de janeiro, eram 272, com 54 em processo de adesão, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

"Não estamos num processo inovador, estamos usando experiências bem sucedidas e incorporando para agregar segurança ao mercado", disse Pepitone, se referindo ao funcionamento do mercado de capitais. A exemplo do que acontece na bolsa, será obrigatório que uma certificadora de corretora de valores audite e fiscalize cada contrato bilateral do mercado livre - hoje eles são feitos sem controle, muitos sendo de gaveta.

"Ainda vamos ver a modelagem para isso, se a CCEE contratará o serviço. Todos os contratos no ambiente livre serão auditados, todas as comercializadoras serão auditadas e fiscalizadas", disse Pepitone. A ideia é, com isso, identificar com antecedência operações que fujam dos padrões operacionais das comercializadoras ou não se enquadrem no perfil delas.

A terceira perna do que Pepitone chamou de "tripé de segurança na comercialização" é o aprimoramento dos sistemas de garantias financeiras. "Assim, quando houver frustração da entrega física da energia, o agente que comprou terá condição de receber o montante transacionado", disse.

Para que a contabilização semanal passe a valer, a Aneel já está interagindo com a CCEE e com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), para que as duas entidades possam aprimorar suas rotinas e sistemas até 2020.

Segundo Solange David, conselheira da CCEE, a interação com a Aneel e o governo sobre o tema tem sido "construtiva". "O mercado está em constante evolução. A discussão sobre segurança e estabilidade não é só do setor elétrico, mas de todos os mercados", disse.

A Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) concorda com a mudança nos intervalos das liquidações, mas avalia que as demais alterações ainda precisam ser discutidas com o setor, disse Frederico Rodrigues, diretor de relações institucionais da entidade. "A Aneel mencionou medidas que vão em direção de maior segurança e controle, mas é algo que precisamos ver com mais detalhes e conversar", disse ele, destacando que a associação defende uma reforma "estrutural" na comercialização, em linha com o que foi discutido na Consulta Pública 33, aberta pelo Ministério de Minas e Energia em 2017 para debater a reforma do setor.

O aprimoramento nas regras de homologação de novas comercializadoras e o controle sobre os contratos exigirão resoluções normativas da Aneel, o que exige a realização de audiências públicas. Essas medidas devem ser feitas ao longo deste ano. "A não ser o sistema de garantias, que é uma ação de médio prazo, porque exige uma maior discussão com mercado e entidades que vão implementar isso", disse o diretor-geral da Aneel.

"Vamos aprendendo com acontecimentos, e os casos recentes mostram que as transações que ocorrem no ambiente bilateral exigem atuação do regulador em prol de estabelecer e garantir a segurança", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Cteep prevê antecipar obras

A ISA Cteep vai investir R\$ 1 bilhão em 2019, mais de quatro vezes o valor aportado no ano passado (R\$ 245 milhões), refletindo o avanço das obras de transmissão na carteira da companhia, disse Rinaldo Pecchio, diretor financeiro e de relações com investidores da transmissora.

Dos dez lotes em carteira, quatro tiveram as obras iniciadas e devem entrar em operação ao longo deste ano, com antecipação de cerca de dois anos em relação ao prazo regulatório: Itaúnas, Ibagi, Itaquerê e Itapura. "Esperamos que eles tragam receita adicional, porque os projetos estão antecipados e dentro dos orçamentos", disse Pecchio.

A companhia informou ontem que teve lucro líquido de R\$ 708,1 milhões no quarto trimestre do ano passado, aumento de 355,7%, refletindo, principalmente, a economia fiscal de R\$ 201,3 milhões em função da distribuição de juros sobre o capital próprio (JCP) anunciada em dezembro.

Segundo Pecchio, com isso, o pagamento de impostos pela companhia saiu de 30% para uma alíquota de 18,1%.

A receita líquida cresceu 93,6%, para R\$ 1,027 bilhão. "Como tivemos um ritmo maior de construção, acabamos tendo mais receita de construção e custo de construção também", disse Pecchio. A receita de infraestrutura avançou 62,9%, para R\$ 113 milhões, enquanto a de operação e manutenção avançou 18%, para R\$ 287,7 milhões. Outro ponto relevante foi que a remuneração dos ativos de concessão cresceu 157,4%, para R\$ 763,6 milhões, ajudando a impulsionar o resultado do período.

Em 2018, a Cteep teve lucro de R\$ 1,88 bilhão, aumento de 37,8% em relação ao ganho líquido de R\$ 1,36 bilhão de 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/03/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Usina de Colíder

A Copel informou que a usina hidrelétrica de Colíder, no rio Teles Pires (MT), está operando com carga nominal para o teste de confiabilidade. Esse é o requisito final para entrada em operação comercial da unidade geradora 1. O início da operação foi adiado várias vezes. Na última delas, em 31 de janeiro, a Copel havia comunicado que a conclusão da usina ocorreria nas "próximas semanas de fevereiro". A companhia informou também que finalizou todas as etapas programadas para o período de operação em testes da subestação Santa Bárbara do Oeste, da sociedade de propósito específico (SPE) Mata de Santa

Genebra. Com isso, foi permitido o funcionamento em regime de operação comercial. A Copel tem 50,1% da SPE, enquanto Furnas tem os 49,9% restantes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/03/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras se prepara para megaleilão

A Petrobras pretende usar os bilhões de reais que receberá com a renegociação do acordo da cessão onerosa para comprar novos ativos no leilão dos excedentes da cessão onerosa. O presidente da companhia, Roberto Castello Branco, disse ontem que não conta com os recursos para desalavancar a empresa e que a petroleira reduzirá suas dívidas com base, sobretudo, num programa "mais agressivo" de desinvestimentos. Nesse sentido, o principal trunfo está no plano de venda das refinarias, cujo modelo de negócios deve ser definido em três meses.

Castello Branco anunciou ontem que espera alcançar um nível de endividamento ideal em até três anos. De acordo com ele, a petroleira buscará a redução de sua alavancagem, medida pela relação entre dívida bruta/Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), para patamares entre 1 vez e 1,5 vez. A estatal encerrou 2018 com a relação dívida bruta/Ebitda em 2,7 vezes.

"Vamos nos esforçar, tomar todas as medidas, desenvolver iniciativas para que finalmente nós consigamos uma situação estável, tendo endividamento baixo e remunerando justamente o capital dos nossos acionistas. Estimamos que é possível fazer isso em dois a três anos", afirmou o executivo, durante coletiva de imprensa.

O principal trunfo do programa de desinvestimentos será a venda de refinarias, mas em novo modelo

As gestões passadas da Petrobras trabalhavam com um conceito de alavancagem diferente, medido pela relação dívida líquida/Ebitda. Em 2018, a estatal fechou o ano com uma alavancagem de 2,34 vezes, patamar abaixo da meta de 2,5 vezes - redução possível graças ao aumento, acima do esperado, dos preços internacionais do petróleo, o que ajudou a compensar o fato de a empresa ter atingido menos de 40% da meta de venda de ativos, de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018.

Castello Branco destacou que a estratégia de desalavancagem da empresa, para os próximos anos, será baseada em três pilares: desinvestimentos, corte de

custos e aumento da produção. Além disso, ele afirmou que a Petrobras pretende reduzir sua posição de caixa dos atuais US\$ 14 bilhões para US\$ 10 bilhões.

"A cessão onerosa, o que viemos a obter de indenização, na revisão do contrato, não está nos nossos planos de desalavancagem. Não estamos contando com recursos da cessão onerosa para desalavancar a companhia... Nosso maior interesse é realmente participar do leilão [dos excedentes] e termos oportunidade para no futuro expandirmos a produção", disse.

Ontem, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definiu que o leilão será realizado no dia 28 de outubro. Pelas regras, os vencedores deverão pagar à Petrobras uma compensação pelos investimentos realizados pela estatal na descoberta dos volumes excedentes - reservas que ultrapassam os 5 bilhões de barris aos quais a estatal tem direito de produzir no pré-sal, como parte do contrato da cessão onerosa, de 2010, que permitiu à União aumentar sua fatia no capital da petroleira.

Ao ser questionado se a Petrobras pretende aumentar a meta de venda de ativos, hoje da ordem de US\$ 26,9 bilhões até 2023, Castello Branco disse que, ao prometer um programa de desinvestimentos "mais agressivo", quis dizer que a ideia é tentar desinvestir mais rápido e mais ativos, mas que não possui estimativas do que pode arrecadar com isso. "Quem vai determinar os valores de desinvestimentos é o mercado", disse.

O principal trunfo do programa de desinvestimentos será a venda de refinarias. Ele afirmou que o modelo de negócios ainda está sendo estruturado, mas antecipou que a petroleira não pretende manter participações minoritárias nas unidades que forem incluídas no plano. "Se vendermos uma refinaria, queremos vender 100% dela", afirmou.

Ele também disse que a empresa quer aumentar o número de potenciais compradores. O projeto original de desinvestimentos, anunciado ainda na gestão Pedro Parente, em abril de 2018, previa a venda de 60% de dois polos de refino, um no Sul e outro no Nordeste, e vetava a participação de empresas que tenham como principal atividade a comercialização global de petróleo e derivados de terceiros, conhecidas como tradings.

"O modelo do ano passado, nós não concordamos [com ele], até mesmo porque exclui compradores. Nós não queremos excluir ninguém. Então, está fora de questão. O modelo será outro", afirmou o executivo.

Ele reiterou que a estatal detém 98% da capacidade de refino do país, mas que vê espaço para reduzir essa fatia para cerca de 50%. Pelo plano de

desinvestimentos anunciado no ano passado, a fatia de mercado da estatal seria reduzido para 60% da capacidade.

Além do refino, Castello Branco disse que a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), avaliada no mercado em cerca de US\$ 8 bilhões, deve ser concluída no curto prazo. O diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras, Rafael Grisolia, disse, ainda, que as termelétricas deverão entrar no programa de desinvestimentos da companhia e que a empresa também quer aumentar desinvestimentos de campos terrestres e em águas rasas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/03/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Engie lucra € 1 bilhão

A Engie teve lucro líquido de € 1,03 bilhão em 2018 (US\$ 1,17 bilhões), queda de 22% ante 2017, em função de baixas contábeis, que foram parcialmente compensadas pela venda do negócio de gás natural liquefeito. Ainda na comparação anual, a receita subiu 1,7%, para € 60,6 bilhões. Segundo a empresa, o crescimento da receita foi limitado por impactos cambiais, de € 929 milhões, principalmente pela depreciação do real no Brasil. Houve impacto positivo do aumento de tarifas e novos contratos de fornecimento na América Latina, além de aumento das vendas de energia na França e Brasil.

Grupamento da Dommo

A Dommo Energia anunciou ontem que vai fazer o grupamento de suas ações, depois de receber ofício da B3 informando que as ações ordinárias de emissão da companhia permaneceram cotadas abaixo de R\$ 1,00 por unidade durante 30 pregões consecutivos, o que não é permitido pelas regras da bolsa. Ainda segundo a empresa, os termos e condições do grupamento serão submetidos à aprovação dos acionistas na assembleia geral extraordinária prevista para 30 de abril. Ontem as ações ON fecharam cotadas a R\$ 0,89.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/03/2019****Seção: Empresas****Autor: Guilherme Blanco Muniz | Da Autoesporte****Título: Governo reforça aposta nos híbridos flex**

O Brasil deve se focar em desenvolver carros híbridos que também podem rodar com etanol ou bicomcombustível, em vez de apostar todas as fichas nos carros elétricos. Essa é a opinião do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e vai ao encontro dos planos anunciados pela Toyota para o país. Em dezembro, a montadora confirmou que pretende produzir ainda neste ano o primeiro modelo com essa nova tecnologia, possivelmente a nova geração do Corolla.

"Nós temos aqui [no Brasil] uma capacidade de inovação muito grande; temos uma infraestrutura fabulosa de 42 mil postos [de combustíveis]. Então, temos que conciliar a nossa realidade com a inovação e com esta diversidade de matriz energética que temos no país, que inclui biocombustível, gás, óleo. E por aí vai", afirmou Albuquerque durante o seminário "O futuro da matriz veicular no Brasil", organizado na semana passada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Além do potencial brasileiro, pesam também as dificuldades em pesquisa e desenvolvimento para que carros elétricos sejam produzidos e vendidos em larga escala. O ministro também ponderou o gasto que seria necessário para criar uma nova infraestrutura de distribuição de energia.

Segundo Albuquerque, o modelo híbrido flex da Toyota será o "meio automotivo mais limpo do mundo", já que, segundo a Associação de Engenharia Automotiva (AEA), ele emitirá um terço da quantidade de CO₂ dos veículos elétricos comuns. Entram nesse cálculo todas as emissões do ciclo de vida do carro.

O anúncio da Toyota veio depois de menos de um ano de testes da nova tecnologia. Ela foi aplicada ao Prius vendido atualmente, mas não necessariamente será produzida em larga escala nesse modelo. Segundo a montadora japonesa, a fabricação local começará até o fim deste ano. Atualmente, ela é a única empresa com testes avançados para lançar esse tipo de tecnologia por aqui.

"Este é um trabalho que envolveu diversos agentes, como governo, entidades, fornecedores, concessionários e, claro, nossos colaboradores, que trabalham incessantemente sob a filosofia da melhoria contínua. Além disso, destaca o Brasil no cenário mundial das alternativas para a eletromobilidade, como

produtor de um dos automóveis mais limpos do mundo, em consonância com o Programa Rota 2030", disse Rafael Chang, presidente da Toyota do Brasil, durante a oficialização dos planos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/03/2019

Seção: Finanças

Autor: Talita Moreira | De São Paulo

Título: Novo rebaixamento reduzirá acesso da Vale a grandes fundos globais

Depois do rebaixamento da nota de crédito da Vale pela Moody's, investidores agora aguardam os próximos passos das demais agências de classificação de risco. Um novo corte poderá deflagrar a venda de bilhões de dólares em bônus da mineradora e reduzir o acesso dela a capital.

A S&P Global tende a ser o fiel da balança para a manutenção ou perda do status de bom pagador da Vale, segundo a equipe de análise de dívida do Itaú BBA. A agência colocou a nota da mineradora em observação negativa no fim de janeiro, logo após o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho (MG). Depois disso, não se manifestou mais sobre a companhia.

A Fitch também pôs o rating da Vale em perspectiva negativa depois do acidente. Porém, na semana passada, mostrou inclinação em manter a nota em "BBB-", segundo o Itaú BBA. De acordo com a manifestação mais recente da agência, nenhum cenário de estresse mostra a relação entre dívida líquida e Ebitda maior que três vezes e a relação entre dívida bruta e Ebitda acima de 3,5 vezes. Esses níveis são referência para empresas com baixo perfil de risco.

Anteontem, a Moody's cortou a nota da Vale de "Baa3" para "Ba1", com perspectiva negativa. Esse rating fica aquém do que é considerado grau de investimento, status atribuído a títulos com baixa probabilidade de "default".

Se pelo menos mais uma das agências tirar o grau de investimento da Vale, fundos que só aplicam em nomes com status de bom pagador serão forçados, por regulamento, a se desfazer dos títulos emitidos por ela. Nesse caso, poderiam ser vendidos entre US\$ 1,1 bilhão e US\$ 5 bilhões, estimou o J.P. Morgan em relatório enviado a clientes no início deste mês (antes, portanto, da decisão da Moody's).

A saída desses fundos limitaria as opções de financiamento para a Vale. A empresa deixaria de ter acesso a um "bolso" muito mais profundo, o que tornaria mais caras suas emissões.

Os papéis da Vale com vencimento em 2026 recuaram na quarta-feira, mas subiram ontem e, no fim do dia, estavam cotados a 105,94% do valor de face, alta de 0,19 ponto percentual no dia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/03/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO Cristian Favaro / SÃO PAULO

Título: Petrobrás deve lançar em três meses pacote para venda de refinarias

Tempos austeros. Após registrar primeiro resultado positivo desde o início das investigações da Lava Jato, em 2014, companhia continuará processo de recuperação financeira por pelo menos mais dois anos, afirma o presidente da estatal, Roberto Castello Branco

A Petrobrás vai levar de dois a três anos para concluir o processo de recuperação financeira, disse ontem o presidente da companhia, Roberto Castello Branco, que lançará em três meses um pacote de desinvestimento de refinarias para reduzir o pesado endividamento da estatal. A empresa teve lucro de R\$ 25,8 bilhões em 2018, o primeiro desde que vieram à tona os escândalos de corrupção da Operação Lava Jato, há quatro anos. Mas, para o executivo, o resultado equivale a um prejuízo, já que não remunera o capital investido pelos acionistas.

“Apresentamos lucro contábil, e contabilidade não dita decisões econômicas. No momento, apesar de pagar dividendos, na prática, não estamos conseguindo cumprir com nosso dever (de dar retorno)”, afirmou Castello Branco, ao detalhar o resultado financeiro de 2018. Mais cedo, em teleconferência com analistas, o executivo reclamou da exigência de distribuir um valor mínimo de dividendos aos acionistas, sendo o maior deles a União, em vez desse recurso ser liberado para colocar as contas da estatal em dia.

Castello Branco disse que vai ficar “muito satisfeito” quando conseguir equiparar o endividamento da Petrobrás à sua geração de caixa e ao patamar de suas concorrentes. Para isso, pretende acelerar a venda de ativos. Além das refinarias, a empresa anunciou a venda de campos maduros e em águas rasas. Quer ainda se desfazer de algumas usinas termoeletricas. Na área de refino, a Petrobrás quer vender mais da metade da sua capacidade, incluindo até 100% de algumas unidades, desde que isso não signifique a formação de monopólios privados regionais.

O pacote de desinvestimento, a ser lançado ainda neste semestre, deve ser mais agressivo do que o proposto por Pedro Parente, que planejava se desfazer de participações em quatro refinarias, nas regiões Nordeste e Sul. Segundo Castello Branco, esse modelo era pouco “competitivo”. Após a divulgação do resultado de 2018, analistas demonstraram expectativa com a aceleração da venda de ativos. O banco suíço UBS, por exemplo, afirmou que a empresa terá um futuro brilhante, na medida em que seus controladores mantiverem a independência e derem continuidade ao processo de desinvestimento.

Analistas do Bradesco BBI, Vicente Falanga e Osmar Camilo disseram que veem o processo de redução da dívida como claro se a Petrobrás mantiver a estratégia de vender parte do patrimônio para pagar credores. “Esperamos que a companhia reporte um sólido resultado operacional em 2019 (sustentado pelo crescimento da produção e bom resultado no refino), aliado também a potenciais vendas de ativos”, disseram Christian Audi e Gustavo Allevato, do Santander. Vale. Após a coletiva, Castello Branco, ex-diretor da mineradora Vale, comentou o rompimento da barragem em Brumadinho (MG).

Questionado se o foco na gestão das finanças não poderia comprometer a operação da Petrobrás, o executivo afirmou que o objetivo de maximizar o valor da companhia inclui avanços em segurança. “Um acidente grave pode não só acarretar perdas enormes como ameaçar a sobrevivência de uma empresa”, disse. Em 2018, a Petrobrás registrou seis acidentes fatais. “A perda de vidas humanas, seja qual for sua explicação, é inaceitável. Nossa meta permanente é zero fatalidade.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/03/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: Estatal separa recursos para leilão

A Petrobrás quer usar o dinheiro que receberá este ano da União no acordo sobre a cessão onerosa, área no pré-sal da bacia de Santos cedida pelo governo em troca de uma fatia acionária adicional na estatal, para ampliar investimentos. O plano é participar do próximo leilão de áreas de petróleo no pré-sal, em outubro. O presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, descartou usar o dinheiro que a estatal receberá da União para pagar dívidas. O montante e a forma de ressarcimento à empresa, porém, ainda não foram definidos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 01/03/2019****Seção: Metrópole****Autor:****Título: Belo Monte não tem plano de emergência, diz MPF**

Inspeção do Ministério Público Federal (MPF) e de outras oito instituições nacionais e internacionais apontou que a Usina de Belo Monte, na bacia do Rio Xingu, no Pará, está funcionando sem plano de emergência e sem que monitoramentos semestrais exigidos pelo licenciamento ambiental sejam apresentados. A inspeção visitou 25 comunidades e percorreu trecho de 100 km do Xingu, que teve 80% das águas desviadas para produção de energia elétrica. O órgão deu 24 horas para que a Norte Energia, dona da hidrelétrica, apresente o plano e os relatórios. Em nota, a Norte Energia informou que possui plano de segurança, onde está contido o plano de ações emergenciais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 01/03/2019****Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Chuva fraca faz com que setor de venda de energia discuta autorregulamentação**

Mercado Aberto

A alta do valor de liquidação de energia e o aumento do número de comercializadoras acendeu a luz amarela no mercado livre, aquele em que os grandes clientes podem escolher de quem adquirir.

Há receio de que haja empresas que não possam entregar o volume vendido.

Depois de terem incorrido nesse problema, duas empresas, a Vega e a Linkx, só podem comercializar se tiverem pago pelos contratos.

Há três outras companhias que enfrentam riscos semelhantes, segundo pessoas que conhecem o mercado.

O começo do ano é uma época em que o valor do preço de liquidação do megawatt cai, porque costuma chover mais.

Em janeiro e fevereiro, no entanto, houve menos água do que se esperava, e isso frustrou as expectativas de quem estimava pagar pouco.

“Houve um grande número de empresas que começaram a transacionar nos últimos anos. Agora, precisamos conversar sobre autorregulamentação”, afirma Alan Zelazo, da Focus Energia.

Quase não há barreira de entrada para comercializadoras, de acordo com Christopher Vlavianos, presidente da Comerc Energia.

“A autorregulação será para ensinar as companhias a operar dentro de um risco balizado pelo mercado, com parâmetros que as comercializadoras vão obedecer.”

A CCEE, a câmara de comercialização, monitora as participantes e tem acompanhado os números, segundo o conselheiro Roberto Castro. “Só podemos dar publicidade a problemas quando elas precisam ter operações assistidas.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: 1 real pela Sete Brasil

O FIP Sondas e a Petrobras, controladoras da Sete Brasil, receberam uma proposta pela natimorta empresa. A holandesa Sondas Stichting propôs comprar a Sete Brasil por R\$ 1. O Comitê de Investimentos do FIP, do qual participa a Petrobras, vai deliberar sobre a proposta no dia 26.

É que faltou uma Lava-Jato no Paraguai

Na troca de comando na Usina de Itaipu, Bolsonaro, como se sabe, chamou Alfredo Stroessner (1912-2006) de estadista — quando ele, na verdade, foi um ditador corrupto. A prova disso está na própria Itaipu, cujas obras de construção, nos anos 1970, foram disputadas por cinco empreiteiras. A Andrade Gutierrez venceu com o menor preço. Mas o “estadista” paraguaio bateu o pé: “Quero Dom Sebastião”, numa alusão ao dono da Camargo Corrêa. A solução foi fazer um consórcio construtor, com Andrade, Camargo e mais três.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Muito além da crise fiscal

O pior do PIB não é o número magérrimo, mas sim a constatação de que nem somos ainda do tamanho que já fomos. Não nos levantamos do tombo ocorrido no governo Dilma após os sucessivos erros de política econômica. A economia não consegue pegar ritmo, o máximo alcançado até agora foi sair da recessão há dois anos. Neste ponto, continuamos parados.

Em termos de PIB per capita, o país está 8% abaixo do que já foi. Essa destruição de valor, de atividade, de emprego está relacionada diretamente com a crise fiscal. Mas não apenas isso. Há muito mais a ser feito se o país quiser realmente crescer.

Pelo segundo ano consecutivo, a economia brasileira ficou em 1,1%. O crescimento de 2018 repetiu o resultado de 2017, frustrando expectativas do começo do ano de uma recuperação em torno de 3%. Mesmo no quarto trimestre, o resultado foi fraco, com alta de apenas 0,1%, e isso coloca em dúvida as projeções de 2,5% para este ano. Certamente nas próximas semanas os economistas vão rever esta previsão para baixo.

A crise brasileira vai muito além do problema fiscal. O país precisa aumentar a produtividade e a competitividade. A construção civil caiu pelo quarto ano consecutivo. No mercado se informa que a aprovação da lei do distrato imobiliário poderá destravar o setor este ano. Mas há muito mais por trás dessa paralisia de várias áreas. As taxas de juros cobradas das empresas e das famílias permanecem elevadas — subiram novamente em janeiro — mesmo com a redução da Selic, da Agenda BC+ do Banco Central, e do recuo da inadimplência.

A tragédia de Brumadinho colocou em xeque o setor de mineração, um dos grandes exportadores do Brasil, e o corte da nota de crédito da Vale, que perdeu o grau de investimento, mostra que uma das nossas principais empresas passará por um ano de dificuldades. A Petrobras felizmente voltou ao azul, depois da gestão acertada dos ex-presidentes Pedro Parente e Ivan Monteiro, mas ainda está com investimentos acanhados. A preocupação da empresa continua sendo redução do endividamento. A meta do novo presidente da empresa, Roberto Castello Branco, é sanear as contas da companhia e vender ativos.

A economia mundial tem trazido complicadores. Ainda sente os efeitos da disputa entre EUA e China, há o risco Brexit, a desaceleração na Argentina, e há pouca expectativa de que o Brasil seja empurrado pelas exportações.

Os investimentos caíram 2,5% no quarto trimestre na comparação com o terceiro tri e isso reduz as expectativas de crescimento futuro. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve desaceleração de 7,8% para 3%. O início

de um novo governo e a agenda liberal do ministro Paulo Guedes ainda não foram suficientes para aumentar a confiança na economia a ponto de estimular os investimentos. É preciso provar que o governo consegue entregar um pouco do que promete na economia. A Previdência é apenas a primeira das tarefas.

O mercado de trabalho continua muito ruim. Há mais gente empregada, mas o número de desempregados continua igual: 12,7 milhões. O economista Bruno Ottoni, do Ibre/FGV, que acompanha o mercado de trabalho, não enxerga grandes avanços em 2019, mesmo se for aprovada a reforma da Previdência. Pelas suas estimativas, o país chegará em dezembro com o mesmo número de desempregados de um ano antes.

— Para o desemprego cair, o PIB tem que crescer com mais força. E isso ainda não aconteceu. Há também questões pontuais. A MP que regulou a reforma trabalhista do governo Temer caducou, e não se vê ninguém no governo Bolsonaro falando no assunto. Há a ideia de criação da carteira verde amarela. São mudanças que promovem insegurança jurídica e deixam os empresários em compasso de espera, porque eles não sabem o que vai prevalecer—explicou.

O PIB do quarto trimestre deve servir de alerta para o governo e para o Congresso. A economia continua anêmica, sem capacidade de reação. O país não voltará a crescer por inércia. É preciso enfrentar os gargalos e acelerar a agenda de reformas. Os milhões de desempregados têm pressa. O discurso de mudança da situação econômica tem que deixar de ser apenas uma promessa de palanque. O mesmo eleitor que consagra é o que se afasta daquele que não entrega o que prometeu.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Merval Pereira

Título: Venezuela e Cuba

O vice-presidente Hamilton Mourão atribui a resistência da cúpula das Forças Armadas venezuelanas, entre outros motivos, a uma ação de agentes cubanos que vigiam os militares, suas famílias, e ameaçam os que pareçam dispostos a abandonar o ditador Nicolás Maduro para aderir ao governo de transição de Guaidó. A revelação foi feita em entrevista para a GloboNews na noite de quarta-feira, e dá uma nova dimensão ao apoio que o governo Bolsonaro vem dando ao governo que se anuncia como o substituto legal de Maduro.

Mourão foi o representante brasileiro na reunião do Grupo de Lima que reiterou seu apoio ao governo de transição e rechaçou a possibilidade de uma

intervenção militar com o apoio dos Estados Unidos. Mas a negativa de que o território nacional pudesse servir de ponte para uma invasão militar não significa que os militares brasileiros se recusam a ser parceiros dos americanos nessa luta política para derrubar Maduro.

O vice-presidente reafirmou a parceria com os Estados Unidos na defesa da democracia e descartou que o petróleo seja a razão por trás da ação dos americanos na Venezuela. Ele chegou a avaliar que o petróleo já não seja um ativo tão poderoso quanto já foi, estando com os dias contados como principal força de Energia do planeta. Mourão relacionou questões ambientais e novas Energias alternativas como indicadores de que o petróleo já não vale uma guerra. Ainda mais o petróleo venezuelano, que é muito pesado e necessita ser trabalhado por refinarias especiais.

O general Mourão conhece bem a região amazônica, pois, além de ser filho de um natural da região — ele chega a se identificar como índio —, comandou a região militar do Amazonas. Por isso, sua opinião sobre a obra da linha de transmissão de Energia de Tucuruí para Roraima teve peso especial. Pela segunda vez em dois meses de governo, o presidente Bolsonaro convocou o Conselho Nacional de Defesa, formado pelos presidentes dos três Poderes e mais vários ministros, desta vez para conseguir a autorização de construir o linhão que levará Energia de Tucuruí para Roraima sem que os índios waimiri-atroari, que ocupam uma reserva no traçado da linha, possam impedir a obra, como vem acontecendo desde 2011.

A primeira vez foi para decidir a participação do Brasil na ajuda humanitária aos venezuelanos. Os dois temas são conexos. A ligação entre Manaus e Boa Vista foi considerada como alternativa energética estratégica. Com isso, o governo pode usar uma salvaguarda decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que define que o usufruto dos índios não se sobrepõe, entre outros casos, ao interesse da política de defesa nacional e à exploração de alternativa energética de cunho estratégico.

Essa decisão foi tomada no julgamento da reserva indígena Raposa Serra do Sol. O relator, ministro Ayres Brito, hoje aposentado do STF, definiu condições para que a reserva fosse mantida. Mas, preocupado com os interesses nacionais, deixou claro no acórdão que não existem povos indígenas, e sim etnias. Também não existe “território indígena”, uma definição política que não deve ser usada para o usufruto dos indígenas. Ayres Brito insiste também em que não existe “nação indígena”. “Nação, só a brasileira.”

Roraima depende da Energia que vem da Venezuela para seu abastecimento, e sofre constantemente de apagões. Quando acontecem, as termelétricas são acionadas, o que transforma a Energia de Roraima na mais cara para os

brasileiros. Só este ano está previsto um gasto de R\$ 600 milhões, que é repartido pelos consumidores de todo o país. Os índios que vivem naquela região consideram que o território em que passará parte do linhão é sagrado, e não se chega a um acordo sobre o tema há oito anos.

Há ainda um componente político curioso nessa manobra que permite uma obra importante que se arrasta há muito tempo: um dos maiores interessados na manutenção da termelétrica que abastece Roraima em caso de apagão é o ex-senador Romero Jucá, que teria o controle político e econômico da empresa que ganhou a concessão. Jucá diz que são intrigas regionais, mas o fato é que o assunto foi levantado na reunião do Conselho de Defesa Nacional no Palácio do Planalto.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/03/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Novas normas para barragens são importantes, mas é preciso ir além

Tragédia de Brumadinho põe em xeque laudos de segurança de milhares de represas no país

Parece óbvio que instalações de qualquer tipo não podem ser edificadas abaixo de barragens. Por motivo elementar. Em caso de rompimento, são atingidas imediatamente. Mas, no Brasil, nem sempre o óbvio é ululante. Prova disso é o desastre no reservatório de rejeitos da Mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho. Embora um plano de emergência atestasse que em caso de acidente a administração e o refeitório seriam soterrados em um minuto, nada foi feito para retirá-los da rota da lama, o que poderia ter evitado dezenas de mortes.

Nesse contexto, é relevante a resolução da Agência Nacional de Mineração (ANM) que proíbe as mineradoras de manter instalações, fazer obras ou serviços numa distância de até dez quilômetros abaixo das barragens. Estima-se que, em caso de rompimento, essas áreas podem ser atingidas em até 30 minutos. As estruturas existentes deverão ser desativadas até 15 de agosto. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou normas semelhantes.

Outra medida necessária, embora tardia, é a determinação para que sejam extintas todas as barragens construídas pelo método de alteamento a montante, o mesmo utilizado em Mariana e Brumadinho, cenário dos dois maiores desastres ambientais do país. A técnica, que consiste em ampliar para cima o reservatório, usando o próprio material descartado, é considerada

obsoleta e insegura, tendo sido banida de países como o Chile. Das 717 represas de rejeitos de mineração, 88 (12%) foram erguidas dessa forma. Segundo a ANM, as estruturas que estão desativadas terão de ser extintas até agosto de 2021. As que se encontram ativas devem ser eliminadas até 2023.

Essas iniciativas acontecem após os desastres de Mariana, em 2015, que deixou 19 mortos e causou destruição inestimável, e de Brumadinho, em janeiro, que já soma 182 mortos e 126 desaparecidos. São importantes, inegavelmente, mas é preciso ir muito além.

A constatação, pelas investigações, de que a Vale sabia da situação crítica da barragem da Mina do Feijão — a mineradora, aliás, teve a nota de crédito rebaixada pela Moody's, na quarta-feira, perdendo o grau de investimento —, embora laudos atestassem a sua estabilidade, põe em xeque todo e qualquer diagnóstico de outros reservatórios. As atuais classificações de risco não são confiáveis, e precisam ser revistas.

A ANM também determinou inspeções diárias em barragens de mineração construídas pelo método de alteamento a montante. Importante, sem dúvida. Mas o Brasil tem mais de 24 mil represas de todos os tipos, cuja segurança é desconhecida. Há que se ter um monitoramento que contemple todas elas, evidentemente focando nas de maior risco. O momento é este. Não se pode esperar até a próxima tragédia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/03/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA E RAMONA ORDONEZ BRASÍLIA E RIO

Título: Governo marca leilão de R\$ 100 bi do pré-sal

Certame ocorrerá em outubro, mas depende da renegociação de contrato entre União e Petrobras que se arrasta há meses. Modelo de partilha, considerado de maior intervenção estatal, desagradou a investidores

O governo federal marcou para 28 de outubro o megaleilão de petróleo em área do pré-sal com o qual espera arrecadar R\$ 100 bilhões. O certame, porém, só pode sair do papel quando a União finalizar a renegociação de um contrato com a Petrobras, que já se arrasta há meses. A estatal sairá credora da disputa, mas o valor que vai receber ainda não está definido.

A licitação será feita pelo regime de partilha de produção, modelo que rege os contratos do pré-sal. A arrecadação do governo é fixa, definida previamente, e vence a disputa a empresa ou o consórcio que oferecer maior percentual do petróleo produzido para a União. Os blocos que serão ofertados fazem parte de

uma área na Bacia de Santos que foi entregue pela União à Petrobras com o direito de exploração e produção de até cinco bilhões de barris de óleo. É a chamada cessão onerosa, parte do processo de capitalização da empresa em 2010. Como a reserva de petróleo é bem maior que o volume definido no contrato, a União pretende renegociá-lo com a Petrobras e licitar o excedente para reforçar os cofres públicos.

ESTADOS DISPUTAM RECURSOS

Na Bolsa, a notícia desagradou a investidores, que enxergam maior intervenção do Estado no modelo de partilha. As ações preferenciais (PNs, sem direito a voto) da Petrobras caíram 0,07% (R\$ 27,06), enquanto as ordinárias recuaram 2,64% (R\$ 29,86). Também influenciou no desempenho da estatal a queda do preço do petróleo no mercado externo.

Instituído em 2010, no governo Lula, o modelo de partilha é criticado por especialistas por reduzir o apelo à concorrência. No regime alternativo, de concessão, ganha a licitação a empresa que pagar mais ao governo pelo direito de explorar a área. Em reunião ontem, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definiu também as áreas que serão levadas a leilão —Atapu, Búzios, Itapu e Sépia — e alguns dos critérios que serão usados na licitação. Como a Petrobras já explora esses blocos, o vencedor terá que pagar à estatal pelos investimentos realizados nos locais e, como contrapartida, irá adquirir parte dos ativos e da produção. A Petrobras e a empresa vencedora irão operar os blocos simultaneamente.

A expectativa é que o governo divulgue em março o valor que a Petrobras irá receber na renegociação do contrato de cessão onerosa. Quanto maior o valor, menor o impacto do leilão nas contas públicas. Os recursos a serem arrecadados no megaleilão também são disputados por estados e municípios, e governadores já condicionam o apoio à reforma da Previdência ao recebimento de uma fatia do que vão pagar as petroleiras.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse ontem que os recursos do acordo com a União serão usados para novos investimentos. Para a redução do alto endividamento —cuja queda mais acentuada ele projeta para algo entre dois ou três anos —, o executivo aposta em redução de custos operacionais sem comprometer a segurança, no aumento da produção e num programa “agressivo” de venda de ativos. Um novo modelo de venda de refinarias poderá estar pronto em três meses, prometeu a analistas de bancos em teleconferência.

QUEIXA SOBRE DIVIDENDOS

Castello Branco afirmou ainda que pretende sugerir uma modernização da Lei das Sociedades Anônimas (SAs), que exige o pagamento mínimo de 25% do lucro das companhias em dividendos para seus acionistas. Com lucro líquido de R\$ 25,8 bilhões no ano passado, o Conselho de Administração da Petrobras autorizou pagamento de R\$ 7,1 bilhões aos acionistas, referente ao exercício de 2018. Para o executivo, diante do endividamento da Petrobras, o ideal seria distribuir parte menor dos lucros:

— Para uma empresa com dívida elevada e sujeita à volatilidade de preços como a Petrobras, o melhor seria pagar um dividendo baixo. Mas vamos obedecer à lei — afirmou.

MME / ASCOM .